



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

2ª Etapa
4/6
am

XVII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL (LEI DE INTRODUÇÃO, PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES) E DIREITO COMERCIAL.

I N S T R U Ç Õ E S

- I - Verifique se este caderno de prova contém 50. (cinquenta) questões.
- II - Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
- III - Use somente caneta esferográfica azul ou preta.
- IV - Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
- V - São proibidas quaisquer consultas.
- VI - Sua assinatura deve constar apenas do canhoto destacável.
- VII - Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.

Duração da prova: 04 horas.

BOA SORTE!

COMISSÃO DO CONCURSO

Juiz RUBENS TAVARES AIDAR - Presidente
Juiz DÉLVIO BUFFULIN
Dr. CÁSSIO MESQUITA BARROS JUNIOR - membro da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA

Juiz FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Presidente
Juiz CARLOS ORLANDO GOMES
Dr. ELI ALVES DA SILVA - membro da OAB

MAIO/1995

DIREITO DO TRABALHO

- 417
51. Das férias do tripulante. O armador concederá férias ao tripulante, parceladamente, desde que de acordo ambos, nos portos de grande estadia do navio. Considera-se de grande estadia a escala que exceder:
- a) de 06 (seis) dias.
 - b) de 10 (dez) dias.
 - c) de 15 (quinze) dias.
 - d) de 20 (vinte) dias.
52. O empregado move ação contra a sua empregadora onde pleiteia pagamento de salários atrasados em dobro. Citada, a empresa contesta, mas não comparece para depor, sendo considerada confessa. A confissão não restou infirmada.
- a) faz jus aos salários em dobro face à confissão.
 - b) faz jus aos salários em dobro face à confissão e porque não pagos em primeira instância.
 - c) não faz jus aos salários em dobro.
 - d) faz jus aos salários em dobro por determinação legal.
53. Contrato de trabalho. Empresa não sujeita à proporcionalidade paga salário superior a empregado estrangeiro que exerce funções análogas ao empregado nacional. Sabe-se que ambos exercem as respectivas funções com razoável produtividade e perfeição técnica, mas o empregado brasileiro tem tempo superior a dois anos na sua função. Indicar alternativa correta, sabendo-se inexistir quadro de carreira.
- a) o empregado brasileiro tem direito a igual salário.
 - b) correto o procedimento da empresa em não estando sujeita à proporcionalidade.
 - c) em tendo o empregado brasileiro tempo superior a dois anos na função, correto o procedimento da empresa.
 - d) em sendo funções análogas e não idênticas, não há base para a exigência de salário igual.
54. Trabalho em câmara fria. Trabalhadores que movimentam mercadorias do ambiente quente normal para o frio e vice-versa. Período de repouso.
- a) após uma hora, cinco minutos.
 - b) após uma hora e meia, dez minutos.
 - c) após uma hora e quarenta, vinte minutos.
 - d) repouso de 10 minutos em cada hora de trabalho.
55. Do petroquímico. Regime de sobreaviso em que o trabalhador permanece à disposição por 24 horas para prestar assistência aos trabalhos normais ou para atender a necessidades ocasionais de operação. Trabalho efetivo diário não poderá exceder de:
- a) 06 (seis) horas.
 - b) 08 (oito) horas.
 - c) 12 (doze) horas.
 - d) 10 (dez) horas.
56. Do contrato de trabalho do radialista por prazo determinado. Exigência:
- a) registro da profissão na Delegacia Regional do Trabalho.
 - b) registro do contrato no Ministério do Trabalho.
 - c) registro do contrato no Ministério do Trabalho e o prévio registro da profissão na Delegacia Regional do Trabalho.

- 418
om
- d) o contrato segue as regras gerais da CLT sem nenhuma exigência especial.
57. Jornada de trabalho. Dublador. Horas extras.
- a) máximo de 6 horas com limitação de 40 semanais, permitida a prorrogação.
 - b) máximo de 8 horas com limitação de 44 semanais, proibida a prorrogação.
 - c) máximo de 6 horas com limitação de 40 semanais, proibida a prorrogação.
 - d) máximo de 4 horas com limitação de 24 semanais, permitida a prorrogação em casos excepcionais, mediante comunicação ao Ministério do Trabalho.
58. Do trabalho artístico. Dublagem por terceiro. Poder de comando do empregador.
- a) somente possível se o artista recusar-se a autodublagem.
 - b) somente possível com autorização verbal ou escrita do artista.
 - c) somente possível em se tratando de dublagem em língua estrangeira.
 - d) desnecessária qualquer autorização para o empregador. A providência faz parte do seu poder de comando.
59. Cabineiro de elevador. Jornada de trabalho.
- a) rege-se pelas normas gerais da CLT.
 - b) é de seis horas, proibida a majoração por acordo.
 - c) é de seis horas, permitida a majoração por acordo.
 - d) é de oito horas, com intervalo obrigatório mínimo de uma e máximo de duas horas, após a 4ª hora.
60. Contrato de trabalho. Empresa de trabalho temporário. Exigências:
- a) obrigatoriamente escrito, indicando expressamente os direitos conferidos ao trabalhador.
 - b) segue a regra geral, podendo ser escrito ou não, com direitos aos consecutivos celetistas.
 - c) deverá ser escrito, indicar expressamente os direitos do trabalhador e constar a condição de "temporário" na CTPS.
 - d) o contrato temporário caracteriza-se pelo fato de estar a empresa registrada no Departamento Nacional de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho. Segue quanto aos demais a regra geral.

DIREITO CIVIL

61. Das modalidades dos atos jurídicos. Qual o significado do termo "meado", em relação à contagem de prazo.
- a) o 1º (primeiro) dia do mês.
 - b) o 5º (quinto) dia do mês.
 - c) o 10º (décimo) dia do mês.
 - d) o 15º (décimo quinto) dia do mês.
62. Do encargo como óbice à aquisição ou ao exercício de direito.
- a) o encargo, enquanto não cumprido, se traduz em óbice à aquisição ou ao exercício de direito.
 - b) o encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto como condição suspensiva.
 - c) o encargo, enquanto não cumprido, se traduz em óbice ao exercício de direito, não à aquisição.
 - d) o encargo, enquanto não cumprido, se traduz em óbice à aquisição, não ao exercício do direito de forma precária.
63. Cláusula penal. Pactuado expressamente que a cláusula penal somente seria de vida em caso de inadimplência total da obrigação. Consequências:

- 419
CM
- a) o devedor responderá pela obrigação e pela cláusula penal, posto que o pacto se interpreta somando o principal com a pena.
 - b) o devedor poderá escolher entre cumprir a obrigação ou pagar a cláusula penal, posto que não constou expressamente do pactuado a soma do principal com a cláusula penal.
 - c) o devedor responderá pela obrigação e pela cláusula penal porque assim de termina a lei.
 - d) nesse caso, o credor poderá, ao seu arbítrio, pedir o cumprimento da obrigação ou da cláusula penal.
64. Contrato de compra e venda com pacto de melhor comprador (*addictio in diem*).
Validade:
- a) máximo de um ano.
 - b) máximo de seis meses.
 - c) máximo de ano e dia.
 - d) máximo de dois anos.

DIREITO COMERCIAL

65. Falência. Habilitação de credores. Credor de direito real cujo bem arrecadado pelo síndico já foi alienado pela massa.
- a) deverá o credor habilitar-se na massa.
 - b) poderá pedir a restituição do bem.
 - c) poderia pedir a restituição antes da alienação. Deve, pois, habilitar-se.
 - d) credor por garantia real não se habilita na falência. Em havendo a venda do imóvel gravado, deverá receber o seu crédito imediatamente.
66. Aeronauta. Composição da tripulação de aeronave.
- a) mínima, simples, composta e de revezamento.
 - b) básica, semi-básica, composta e complexa.
 - c) aparelhada, de emergência, simples e extraordinária.
 - d) vôo de longa distância, de média distância, simples e extraordinário.
67. Do comerciante e dos atos de comércio. Aviamento.
- a) é a qualidade que tem a empresa de dar lucro.
 - b) são os preparativos que antecedem a constituição de uma pessoa jurídica com finalidade comercial.
 - c) é uma qualidade própria das sociedades por ações.
 - d) aviamento se traduz no ato de registro da sociedade comercial no órgão competente com o nascimento da personalidade jurídica.
68. Sociedade anônima. Exibição por inteiro dos livros em juízo sob o argumento de que existem atos violadores da lei ou do estatuto, tendo o interessado ou interessados apontado especificamente os atos violadores.
- a) qualquer acionista poderá em tais casos pedir em juízo a exibição por inteiro dos livros (direito da minoria).
 - b) o acionista ou acionistas deverão representar pelo menos 5% do capital social.
 - c) o acionista ou acionistas deverão representar pelo menos 10% do capital social.
 - d) o acionista ou acionistas deverão representar pelo menos 15% do capital social.

DIREITO CONSTITUCIONAL

69. Deputados. Senadores. Perda de mandato.

- 420
m
- a) pela condenação com trânsito em julgado.
 - b) pela condenação criminal em sentença transitada em julgado, desde que assim também decida a Câmara ou o Senado, por voto secreto e maioria ab soluta, assegurada a ampla defesa.
 - c) pela simples condenação, ainda que não transitada em julgado, desde que tenha o referendo da Câmara ou do Senado, por voto secreto e maioria ab soluta.
 - d) nenhuma das alternativas.
70. Empresa jornalística ou de radiodifusão. Participação no capital social.
- a) poderão participar do capital empresas públicas e privadas, desde que a empresa pública seja maior acionista.
 - b) poderão participar pessoas físicas e jurídicas (públicas e privadas).
 - c) é vedada a participação de pessoa jurídica, salvo exceção legal.
 - d) é vedada a participação de pessoa física.
71. Deputados e Senadores. Vacância de cargo e inexistência de suplente.
- a) não havendo suplente o cargo permanecerá vago até a próxima legislatura.
 - b) far-se-á a eleição para preenchimento da vaga se faltarem mais de 15 me ses para o término do mandato.
 - c) far-se-á a eleição para preenchimento da vaga se faltar mais da metade do tempo devido para o término do mandato.
 - d) o partido titular da vaga indicará entre os seus deputados estaduais o mais votado; em caso de empate, o mais antigo.
72. Suplente de deputado. Convocação por motivo de licença do titular.
- a) se superior a 120 dias.
 - b) se superior a 90 dias.
 - c) se superior a 60 dias.
 - d) se superior a 30 dias.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

73. Da contribuição do empregado: salário-maternidade e 13º salário; aviso prévio e férias indenizados.
- a) estão todos isentos de contribuição.
 - b) estão todos sujeitos à contribuição.
 - c) somente o salário-maternidade e o 13º salário não estão sujeitos à contribuição.
 - d) somente o aviso prévio e as férias indenizados não estão sujeitos à contribuição.
74. O garimpeiro e o pescador artesanal, para que tenham direitos aos benefícios da seguridade social, contribuirão da seguinte forma:
- a) levando em conta o número de dependentes.
 - b) com base no resultado da comercialização da produção.
 - c) com base na comercialização do último mês devidamente corrigido o quan tum.
 - d) em se tratando de produção aleatória, a contribuição será feita por estimativa no começo de cada ano.

DIREITO INTERNACIONAL

75. A homologação de sentença estrangeira tem natureza jurídica de:
- a) sentença de contenciosidade limitada.

- b) sentença declaratória.
- c) ato de jurisdição voluntária.
- d) ato administrativo complexo.

42
om

DIREITO ADMINISTRATIVO

76. Ato Administrativo. Poderes da Administração. Desvio de poder. O desvio de poder é vício ligado:
- a) ao objeto
 - b) à finalidade.
 - c) à forma.
 - d) ao motivo.
77. Ato Administrativo. Revogação e anulação. Competência e motivo.
- a) ambos pela Administração por motivo de mérito ou legalidade.
 - b) revogação pela Administração por motivo de mérito e a anulação pelo Poder Judiciário por motivo de legalidade.
 - c) revogação pela Administração por motivo de oportunidade e conveniência e a nulidade pelo Poder Judiciário por motivo de legalidade.
 - d) revogação pela Administração por motivo de oportunidade e conveniência e a nulidade pela Administração ou pelo Poder Judiciário.
78. Do ato disciplinar. Apreciação pelo Poder Judiciário. Aspectos:
- a) apreciará sob o aspecto da oportunidade e conveniência e da justiça ou da injustiça.
 - b) apreciará os aspectos de justiça ou injustiça ou da legalidade ou ilegalidade.
 - c) apreciará sob o aspecto da legalidade.
 - d) somente os atos vinculados poderão ser apreciados pelo Judiciário sob o aspecto da legalidade.

DIREITO PENAL

79. Determinada pessoa auxiliou o criminoso a tornar seguro o proveito do crime sem visar proveito próprio. Qual a sua situação, sabendo-se ser cônjuge do criminoso.
- a) comete o crime de favorecimento pessoal.
 - b) a sua situação é de co-autoria.
 - c) comete o crime de favorecimento real.
 - d) está isento de pena.
80. Denúnciação caluniosa: dolo direto e dolo eventual. Conseqüências.
- a) tanto o dolo direto como o dolo eventual consubstanciam o tipo subjetivo da denúnciação caluniosa.
 - b) o tipo subjetivo da denúnciação caluniosa somente se perfaz com o dolo ' direto.
 - c) a denúnciação caluniosa é conduta que se perfaz com o dolo eventual. O dolo direto em tal caso constituirá crime de calúnia.
 - d) nenhuma das alternativas.

PROCESSO DO TRABALHO

81. Do prazo. A parte fora intimada mediante registro postal no sábado. Sabendo-se que na segunda-feira será dia útil, indicar o início da contagem.
- a) no primeiro dia útil que será na segunda-feira.

- 422
m
- b) de conformidade com o Enunciado nº 16 haverá uma presunção de entrega e recebimento em 48 horas, contadas na segunda e terça-feira, iniciando a contagem na quarta-feira.
 - c) o início do prazo dar-se-á no primeiro dia útil imediato e a contagem no subsequente, que será terça-feira.
 - d) o sábado é dia útil para os efeitos legais, e as 48 horas de que fala o Enunciado nº 16 transcorrerão no domingo e na segunda-feira, com início da contagem na terça-feira.
82. Em processo no qual fora efetuado levantamento pericial, as partes apresentaram quesitos. Elaborado o laudo, dada vista às partes, a reclamada apresentou quesitos suplementares que não foram recebidos sob o argumento de desnecessários e intempestivos. Indicar a alternativa correta, sabendo-se que a reclamada fora condenada nos termos da perícia:
- a) houve o cerceamento de defesa, podendo a parte pedir a nulidade do julgado.
 - b) o deferimento ou indeferimento de prova compete ao juiz como diretor do processo, não havendo falar em nulidade.
 - c) a lei não permite a apresentação de quesitos suplementares.
 - d) os quesitos suplementares foram apresentados serodidamente.
83. Conflito de jurisdição. JCJ e Juiz de Direito não investido na jurisdição trabalhista. Competência para dirimir o conflito.
- a) do Tribunal Regional do Trabalho que sedia a Região.
 - b) do Tribunal Regional Federal que sedia a Região.
 - c) do Tribunal Superior do Trabalho.
 - d) do Superior Tribunal de Justiça.
84. Exceção de suspeição. Argüida exceção de suspeição do Juiz Presidente, indicar nas alternativas o procedimento correto:
- a) o juiz deverá dar-se imediatamente por suspeito por motivo de foro íntimo.
 - b) o juiz poderá dar-se por suspeito. Se não o fizer, deverá dizer por escrito por que não o faz, remetendo o incidente ao Tribunal em 48 horas.
 - c) a exceção será instruída e julgada pela própria Junta no prazo de 48 horas.
 - d) ao simples silêncio do Juiz Presidente ter-se-á por rejeitada a exceção, podendo a parte renovar a argüição em recurso ordinário ou em contra-razões.
85. Em ação de conhecimento, o autor ajuíza cautelar incidente com o objetivo de obter o arresto de um bem imóvel que indica para garantia de possível execução futura. Sabe-se que o imóvel está situado em outra jurisdição e por esse motivo expediu-se carta precatória para que o juízo deprecado procedesse ao arresto. Formalizado o arresto, foram ajuizados embargos de terceiro. Competência para a apreciação dos embargos:
- a) juízo deprecado monocrático.
 - b) juízo deprecante monocrático.
 - c) juízo deprecado colegiado.
 - d) juízo deprecante colegiado.
86. Revel fora condenada nos termos do pedido. Citada para a execução, a executada peticiona e comprova o pagamento do crédito do exequente mesmo antes deste ajuizar a ação. Tendo em conta a má-fé, indicar a alternativa correta:
- a) o juízo monocrático deverá extinguir a execução, comprovada a má-fé.
 - b) o juízo colegiado deverá extinguir a execução, comprovada a má-fé.

- c) o juízo colegiado, comprovada a má-fé, cassará a revella e considerará nulos todos os atos posteriores, dando-se oportunidade de defesa. 1123
am
- d) a matéria refoge à competência do primeiro grau.
87. Petição inicial. Diz a lei que bastará "uma breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio". A trabalhadora "A" ajuíza ação contra o empregador sob argumento de haver sido dispensada injusta e arbitrariamente e formula pedido de reintegração.
- a) a informalidade do processo trabalhista dispensa maiores explicações, podendo a matéria ser esclarecida durante a instrução.
- b) o processo trabalhista não exige a indicação de fundamento jurídico, face ao "jus postulandi" das partes.
- c) o fundamento legal que nada mais é do que o fundamento jurídico é dispensável no processo trabalhista por determinação legal.
- d) o processo do trabalho, embora, formal, prescinde do fundamento legal, mas não prescinde do fundamento jurídico.
88. Trabalhador marítimo. Período de repouso além da jornada. Permanência do tripulante a bordo do navio, no período de repouso, além da jornada:
- a) importa em presunção de que esteja à disposição do empregador, devendo receber horas extras.
- b) não importa em presunção de que esteja à disposição do empregador.
- c) importa em presunção, mas deverá receber apenas o adicional das horas extras nos termos do Enunciado nº 88.
- d) importa em presunção, mas dada a peculiaridade do trabalho, receberá apenas 1/3 das horas.
89. Prova testemunhal. Testemunha convidada pela parte não comparece à audiência, causando adiamento da sessão. A parte compromete-se a trazer a testemunha. Todavia, a testemunha novamente não comparece e a parte pede a sua condução coercitiva. O juiz defere a condução de baixo de vara e aplica à testemunha a multa de 35 valores-referência. Indicar alternativa correta:
- a) incorreto o procedimento do juízo.
- b) correta a condução coercitiva e incorreta a aplicação da multa.
- c) incorreta a condução coercitiva e a multa poderia ser aplicada em máximo de 10 valores-referência.
- d) correta a condução coercitiva, mas a multa somente poderia ser aplicada em máximo de 30 valores-referência.
90. A parte foi intimada da sentença em 20.03.94 (sábado), por registro postal. Protocolizou o recurso ordinário no dia 31.03.94, ocasião em que também comprovou o depósito recursal. As custas foram pagas no mesmo dia do depósito, mas somente foram comprovadas 30 dias após a intimação. A procuração juntada não tinha firma reconhecida. Indicar a alternativa correta.
- a) recurso, depósito e custas intempestivos; procuração incorreta.
- b) recurso, depósito e custas tempestivos; procuração correta.
- c) recurso e depósito tempestivos, custas intempestivas; procuração correta.
- d) recurso, depósito e custas intempestivos; procuração correta.

PROCESSO CIVIL

91. Juiz que mantém amizade íntima com uma das partes.
- a) está impedido de instruir e julgar o processo.
- b) está impedido apenas de julgar o processo.
- c) não está impedido de instruir nem de julgar o processo.
- d) nenhuma das alternativas.

- 424
cm
92. Testemunhas impedidas, suspeitas ou incapazes. Poderão ou não ser ouvidas? Alternativa correta:
- a) não.
 - b) sim, excepcionalmente.
 - c) somente as suspeitas ou impedidas, excepcionalmente.
 - d) somente as suspeitas ou incapazes, excepcionalmente.
93. Da responsabilidade patrimonial. Correspondência de responsabilidade. Indicar alternativa correta:
- a) a toda obrigação corresponde uma responsabilidade.
 - b) existe obrigação sem responsabilidade.
 - c) a toda obrigação corresponde uma responsabilidade total ou parcial.
 - d) a toda obrigação corresponde uma responsabilidade direta ou subsidiária.
94. Do julgamento conforme o estado do processo. Réu fora julgado revel. Possibilidade ou não do julgamento antecipado da lide:
- a) a revelia conduz ao julgamento antecipado da lide (art. 319 CPC).
 - b) a revelia não significa a obrigatoriedade do julgamento antecipado da lide, podendo a parte revel produzir contraprova.
 - c) a revelia conduz à confissão relativa e por isso a parte poderá ilidí-la com outras provas.
 - d) o julgamento antecipado da lide, em sendo o réu revel, somente será possível quando a matéria discutida for somente de direito.
95. Mandado de segurança. O impetrante deu um fundamento legal para inquirir de arbitrário ato de autoridade. Por ocasião do julgamento, a segurança fora concedida por outro fundamento.
- a) a parte poderá errar ao indicar o fundamento legal, cabendo ao juiz decidir com base no correto fundamento legal.
 - b) o juiz não pode apreciar a segurança aplicando fundamento legal diverso daquele indicado pelo impetrante.
 - c) o mandado de segurança é regido pelas mesmas regras gerais das ações. Da dos os fatos, compete ao julgador dar o direito correto.
 - d) ao processar a segurança, existe uma presunção de que o ato impugnado é arbitrário ou ilegal. E essa presunção somente se desfaz mediante instrução probatória. Se existir alguma irregularidade, compete ao julgador dar oportunidade à parte para saná-la.
96. "A" ajuíza contra "B" ação rescisória com supedâneo em documento novo. Comprova, através de acórdão do Supremo Tribunal Federal, que, após haver sido condenada, aquela mais alta Corte considerou inconstitucional a lei sobre a qual se escudara a sentença.
- a) não se trata de documento novo na acepção legal.
 - b) trata-se de documento novo na acepção legal.
 - c) a posterior declaração de inconstitucionalidade consubstancia o documento novo na forma legal.
 - d) para que houvesse documento novo, o acórdão do Supremo Tribunal Federal deveria ter sido juntado com as razões finais para que atendesse ao requisito do "prequestionamento".
97. "J" ajuizou ação rescisória contra "Y" com fundamento no art. 485, VI, CPC (falsidade de prova). A prova da falsidade foi produzida através de ação civil e trazida para a rescisória. Indicar alternativa correta:
- a) a prova emprestada não tem cabimento na rescisória.
 - b) a prova somente seria aceita se feita em juízo criminal, único competente para apurar a falsidade.

- 425
m
- c) a prova será aceita se apurada através do juízo criminal ou na própria rescisória.
- d) a prova somente poderá ser produzida em normal instrução na própria ação rescisória.
98. Da citação feita pelo correio para outra comarca. Processos de execução.
- a) é possível desde que feita com aviso de recebimento.
- b) é possível através de correspondência simples, considerando-se recebida nas 48 horas seguintes.
- c) a execução é excepcionada pela norma legal, não podendo a citação ser feita pelo correio.
- d) é possível desde que a localidade esteja contida numa distância máxima de 100 quilômetros.
99. Em ação proposta por "A" contra "B", ambos foram sucumbentes parcialmente. Não recorreram voluntariamente. O Ministério Público recorreu na qualidade de "custos legis". O réu recorreu adesivamente, mas pagou custas a menor; por evidente lapso efetuou o pagamento de R\$*280,00 quando o correto seria o pagamento de R\$*820,00. Indicar alternativa correta:
- a) incabível o recurso adesivo.
- b) o recurso é cabível, mas não deverá ser processado face à incorreção no recolhimento de custas.
- c) o recurso é cabível e o juízo deverá dar oportunidade à parte para sanar a irregularidade.
- d) pela nova Carta Política nenhum recurso pode ser obstado do duplo grau.
100. "A" propõe ação de responsabilidade civil contra "B". Por ocasião da sentença, o juiz fez afirmação contrária a um documento juntado com a defesa. A parte opôs embargos declaratórios que foram rejeitados. Através do recurso de apelação conseguiu a nulidade do julgado por cerceamento de defesa. O juiz de primeiro grau promoveu a nova apreciação, após complementar a instrução processual, proferindo idêntico julgamento. Vale dizer que fez a mesma afirmação após alertado pela parte. O tribunal, em analisando o novo recurso, concluiu pela correta apreciação da matéria pelo juiz de primeiro grau. Inconformada, a parte ajuíza ação rescisória com suporte em "erro de fato".
- a) evidente o erro de fato.
- b) não existe o erro de fato.
- c) o erro de fato se confunde com a má apreciação da prova.
- d) não existe erro de fato, já que a má apreciação da prova se traduz em erro de direito.

Gabarito - 1ª Prova



XVII Concurso

PODER JUDICIÁRIO
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SÃO PAULO - SP

XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

E D I T A L

O Presidente da Comissão do XVII Concurso para Ingresso na Magistratura do Trabalho da 2ª Região, **F A Z S A B E R** a todos os interessados o gabarito da Primeira Prova, realizada nos dias 13 e 14 de maio p.p., a saber:

QUESTÃO Nº	ALTERNATIVA	QUESTÃO Nº	ALTERNATIVA
01	C	51	A
02	D	52	C
03	A	53	A
04	A	54	C
05	B	55	C
06	A	56	C
07	D	57	A
08	C	58	C
09	B	59	B
10	C	60	C
11	A	61	D
12	D	62	B
13	A	63	D
14	B	64	A
15	A	65	B
16	C	66	A
17	B	67	A
18	B	68	B
19	B	69	B
20	D	70	C
21	A	71	B
22	C	72	A
23	A	73	D
24	D	74	B
25	D	75	A
26	B	76	B
27	D	77	D



PODER JUDICIÁRIO
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SÃO PAULO - SP

QUESTÃO Nº	ALTERNATIVA	QUESTÃO Nº	ALTERNATIVA
28	A	78	C
29	B	79	C
30	A	80	B
31	C	81	C
32	A	82	D
33	B	83	D
34	A	84	D
35	C	85	D
36	C	86	D
37	C	87	D
38	D	88	B
39	D	89	A
40	B	90	A
41	D	91	C
42	D	92	C
43	B	93	B
44	B	94	A
45	D	95	B
46	B	96	A
47	A	97	C
48	A	98	C
49	B	99	A
50	D	100	B

São Paulo, 15 de maio de 1.995

Juiz RUBELIS TAVARES ALDAR
Presidente da Comissão